



PREFEITURA MUNICIPAL DE PINTADAS
GABINETE DO PREFEITO

Rua Sete de Setembro nº. 44 - CEP 44610 - 000 Centro Pintadas - Ba.
CNPJ 13.896.725/0001 - 51 Tel: 75 3693-2301 - Fax: 75 3693-2196
E-mail: gmc.pintadas@gmail.com Site: www.pintadas.ba.gov.br



ESTADO DA BAHIA
MUNICIPIO DE PINTADAS

CNPJ 13.896.725/0001— 51

Oficio-GAB no 104/2025

Pintadas-BA, 04 de agosto de 2025.

Ao Exmo. Sr.

~Lk o

JAILTON TRINDADE DE JESUS
MD. Presidente da Camara Municipal
Nesta

13.901.939/0001-79i
C%1MARA DE VEREADORES DE PINTA

L

AVENIDA PACIENCIA, S/NQ
CENTRO-CEP; 44.610PINTADAS-BA

J

Senhor Presidente,

Encaminhamos, em anexo, Projeto de Lei nº 531/2025, para apreciação dessa Eminente
Camara de Vereadores, em REGIME DE URGENCIA/URGENTISSIMA, conforme prescrito
no art. 63 da Lei Organica Municipal.

Atenciosamente,

VALCYR/ALMEIDA RIOS
Pre ito Municipal

□ITj--i

PREFEITURA MUNICIPAL DE PINTADAS
GABINETE DO PREFEITO

Prefeitura de

Rua Sete de Setembro no. 44 - CEP 44610 - 000 Centro Pintadas - Ba.
CNPJ 13.896.725/0001 -51 Tel: 75 3693-2301 - Fax; 75 3693-2196
f -mall: amc.pntadas~amail.com Site: www.pintadas.ba.gov.br

Pintadas
Trabalho a Desenvolvimento

JUSTIFICATIVA DE PROJETO DE LEI

Pintadas - Bahia, 04 de agosto de 2025



PREFEITURA MUNICIPAL DE PINTADAS
GABINETE DO PREFEITO

Rua Sete de Setembro nº. 44 - CEP 44610 - 000 Centro Pintadas - Ba.
CNPJ 13.896.725/0001 - 51 Tel: 75 3693-2301 - Fax: 75 3693-2196
E-mail: gmc.pintadas@gmail.com Site: www.pintadas.ba.gov.br



Senhores Vereadores,

Cumprimentando-os cordialmente, venho por meio deste, submeter a apreciação de Vossas Excelências a anexa minuta de Projeto de Lei que dispõe sobre a criação do Serviço de Família Acolhedora no Município de Pintadas - Bahia, que tem por objetivo o acolhimento provisório de crianças e adolescentes que se encontrem com seus direitos ameaçados ou violados por situações de risco, sempre com determinação judicial, na forma do artigo 101, inciso VIII, §1º, do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

A Constituição Federal, especificadamente no seu artigo 227, deu tratamento diferenciado às crianças e aos adolescentes, conferindo-lhes direitos fundamentais em maior amplitude do que para os adultos, adotando a Teoria da Proteção Integral, que assegurou aqueles os direitos fundamentais com absoluta prioridade.

O direito à convivência familiar também está expressamente consagrado no artigo 34, 1º, do ECA, além de ser considerado como um princípio norteador da proteção. Tal princípio assegura à criança e ao adolescente o direito de serem criados e educados no seio de uma família.

Além da disposição constitucional e estatutária, tal direito também consta em várias convenções internacionais das quais o Brasil é signatário, como a Convenção das Nações Unidas dos Direitos da Criança, Declaração Universal dos Direitos da Criança e Convenção Relativa à Proteção das Crianças e a Cooperação em Matéria de Adoção Internacional (Convenção de Haia).

Nesse condão, a importância da convivência familiar tem justificativa na condição peculiar da criança e do adolescente como pessoas em desenvolvimento. A demora na

□PREFEITURA MUNICIPAL DE PINTADAS
GABINETE DO PREFEITO
Prefeitura de

a~~t

Rua Sete de Setembro no. 44 - CEP 44610 - 000 Centro Pintadas -Di,
CNP212.506.725/0001 -51 ml: 75 360?•2201 - fax: 75 2605-2106
E-mail: pmc.nIntadas@amall.com \$1te: www.oIntadas.ba.00v.br

Pintadas
Trabalho e Desenvolvimento

efetivação de medidas que garantam o direito ao convívio familiar fere um dos seus mais elementares direitos, negativamente no seu desenvolvimento.

Embora o acolhimento familiar também tenha as características de provisoriedade e excepcional, a criação do Serviço de Acolhimento Familiar e de suma importância para assegurar a efetivação do direito à convivência familiar de crianças e adolescentes acolhidos que não têm possibilidade de reintegração familiar, que ainda não estão aptos à adoção ou que aguardam a inserção em família substituta, uma vez que tal direito não se restringe apenas à família biológica.

Com a criação do Serviço de Acolhimento Familiar, será possível promover a proteção por meio do acolhimento - quando necessário - e garantir o direito à convivência familiar. Tão importante é a importância do acolhimento familiar que o Estatuto da Criança e do Adolescente o estabeleceu como preferencial em detrimento do acolhimento institucional (art. 34, §1º, do ECA).

Diante disso, constatada a importância do acolhimento familiar como meio de garantia dos direitos das crianças e dos adolescentes, bem como verificada a necessidade da criação do Serviço de Acolhimento Familiar na Cidade de Pintadas - Bahia, submeto a Vossas Excelências o anexo do Projeto de Lei e peço venha para encarecer a sua importância e urgência na convocação de que, com a promulgação da presente Lei, terá o nosso município vencido mais uma



PREFEITURA MUNICIPAL DE PINTADAS
GABINETE DO PREFEITO

Rua Sete de Setembro nº. 44 - CEP 44610 - 000 Centro Pintadas - Ba.
CNPJ 13.896.725/0001 - 51 Tel: 75 3693-2301 - Fax: 75 3693-2196



significativa etapa do seu progresso no aperfeiçoamento da proteção a infância e a adolescência. Sem mais para o momento, renovo os votos de apreço e de admiração, colocando-me, por oportuno, a disposição para esclarecimento de eventuais dúvidas.

Atenciosamente,

VALCY ALMEIDA WOS
PREFE O MUNICIPAL

□ PREFEITURA MUNICIPAL DE PINTADAS
GABINETE DO PREFEITO

Prefeitura de

Rua Sete de Setembro nº. 44 - CEP 44610 - 000 Centro Pintadas - Sa.

CNPJ 13896.725/0002 -52 Tel: 75 3693-2301 - Iax: 75 3693-2196

E-mail: amc.olntadas amall.com \$1te:www.vintadas.ba.aov.br

Pintadas

Trabalho a Desenvolvimento

PROJETO DE LEI Nº 531 DE 04 DE AGOSTO DE 2025

Dispõe sobre o serviço de acolhimento em Serviço de Família Acolhedora para crianças e adolescentes do Município de Pintadas - Bahia.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PINTADAS, Estado da Bahia, no uso das suas atribuições, faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou e este sanciona a seguinte Lei:

Título I

DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º. Esta Lei dispõe sobre o serviço de acolhimento em Serviço de Família Acolhedora para crianças e adolescentes do Município de Pintadas - Bahia, em atendimento às disposições do art. 227, caput, a seu §3º, inciso VI, e §7º da Constituição Federal e art. 101, inciso VIII, do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

Capítulo I

DO SERVIÇO

Art. 2º. Fica instituído o Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora para crianças e adolescentes do Município de Pintadas, em residências de famílias acolhedoras cadastradas, de crianças e adolescentes afastados do convívio familiar por meio de medida protetiva (art. 101, inciso VIII, do ECA), em função de abandono ou cujas famílias ou responsáveis encontrem-se temporariamente impossibilitados de cumprir sua função de cuidado e proteção.

Parágrafo único. O acolhimento ocorrerá até que seja viabilizado o retorno ao convívio com a família de origem ou, na sua impossibilidade, encaminhamento para família substituta - guarda, tutela ou adoção - propiciando o atendimento em ambiente familiar, garantindo atenção individualizada à convivência comunitária, a permitindo, ainda, a continuidade da socialização da criança/adolescente.

a

Art. 3º. O Serviço de Família Acolhedora será vinculado à Secretaria Municipal de Assistência Social a ser por objetivos:

I - garantir, às crianças e adolescentes que necessitem de proteção, o acolhimento provisório em ambiente familiar, com cuidados individualizados;

□ PREFEITURA MUNICIPAL DE PINTADAS



PREFEITURA MUNICIPAL DE PINTADAS
GABINETE DO PREFEITO

Rua Sete de Setembro nº. 44 - CEP 44610 - 000 Centro Pintadas - Ba.
CNPJ 13.896.725/0001 - 51 Tel: 75 3693-2301 - Fax: 75 3693-2196
E-mail: gmc.pintadas@gmail.com Site: www.pintadas.ba.gov.br



GABINETE DO PREFEITO

Prefeitura de

Rua Sete de Setembro no, 44 - CEP 44610 - 000 Centro Pintadas - Ba.

CNPJ 13.896,725/0001 -51 Tel: 75 36B?-2201 - Fax: 75 3693-2196

E-mail: Qmc.ointadas~iamaU.com Site: www.ointadas.ba.aov.br

Pintadas

Trabalho a Desenvolvimento

II - possibilitar o seu direito a convivência familiar a comunitária e o acesso a rede de políticas públicas;

III - oferecer apoio a preservar os vínculos com a família de origem a família extensa, salvo determinação judicial em contrário;

IV - fomentar, prioritariamente, a reinserção da criança a do adolescente a família de origem ou família extensa;

V - contribuir na superação das situações de violação de direitos vividas pelas crianças e adolescentes que se encontram em condição de vulnerabilidade, até que sua situação familiar seja resolvida, preparando-as para a reintegração familiar ou colocação em família substituta;

VI - proporcionar as famílias acolhedoras cadastradas apoio material a técnico, por meio de subsídio financeiro mensal mediante guarda, a atendimento sistemático por equipe multidisciplinar, de forma a viabilizar a convivência harmoniosa a positiva com as crianças acolhidas e, quando for o caso, com as famílias de origem.

Parágrafo único. A colocação em família acolhedora se dará por meio da modalidade de guarda provisória e de competência exclusiva do Poder Judiciário.

Art. 4º, O Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora atenderá crianças a adolescentes de 0 (zero) a 18 (dezoito) anos, sendo quaisquer tipos de restrições, as quais foram aplicadas medidas de proteção, por motivo de abandono ou violação de direitos, cujas famílias ou responsáveis encontram-se temporariamente impossibilitados de cumprir sua função de cuidado e proteção.

§ 1º Cada família acolhedora deverá acolher uma criança/adolescente por vez, exceto quando se tratar de grupo de irmãos.

§ 2º O atendimento dependerá da disponibilidade de acolhimento pelas famílias cadastradas e parecer favorável da Equipe Técnica do Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora.

Art. 5º. A criança ou adolescente cadastrado no Serviço receberá:

I - com absoluta prioridade, atendimento nas áreas de saúde, educação a assistência social, cultura, esporte e lazer, profissionalização, direito a convivência familiar e comunitária, por meio das políticas existentes;

II - acompanhamento psicossocial pelo Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora;

III - estímulo a manutenção a/ou reformulação de vínculos afetivos com sua família de origem, nos casos em que houver possibilidade;

IV - garantia de permanência com seus irmãos na mesma família acolhedora;

□ **PREFEITURA MUNICIPAL DE PINTADAS**

GABINETE DO PREFEITO

Prefeitura de

Rua Sete de Setembro nº. 44 - CEP 44610 - 000 Centro Pintadas - Ba.

CNPJ 13.896.726/0001 -51 Tel: 76 3693-2301 - Fax: 76 3693-2196

E-mail: amc.nlpntadas@Omall.com Site: www.pintadas.ba.aov.br

Pintadas

Trabalho a Desenvolvimento

V - prioridade entre os processos que tramitam no Poder Judiciário, primando pela provisoriedade do acolhimento.

Capítulo II



PREFEITURA MUNICIPAL DE PINTADAS
GABINETE DO PREFEITO

Rua Sete de Setembro nº. 44 – CEP 44610 – 000 Centro Pintadas – Ba.
 CNPJ 13.896.725/0001 – 51 Tel: 75 3693-2301 – Fax: 75 3693-2196
 E-mail: gmc.pintadas@gmail.com Site: www.pintadas.ba.gov.br



ORGAOS EN VOL VIDEOS

a

Art. 6º. A Gestao do Servico de acolhimento em Familia Acolhedora fica vinculada Secretaria Municipal de Assistencia Social a sua execucao ocorrera de forma articulada com a rede de protecao e promocao da infancia e juventude, tendo como principais parceiros:

- I - Poder Judiciario;
- II - Ministerio Publico;
- III - Conselho Tutelar;
- IV - Conselho Municipal dos Direitos da Crianca e do Adolescente;
- V - Conselho Municipal de Assistencia Social;
- VI - Conselho Municipal de Saude;
- VII - Conselho Municipal de Educacao;
- VIII - Outros Conselhos de politica correlatos que vierem a ser criados;
- IX - Secretarias Municipais.

Capitulo III

**REQUISITOS, INSCRICAO, SELECAO E FORMACAO DAS FAMILIAS
 CANDIDATAS AO ACOIAMENTO FAMILIAR**

Art. 7º. A inscricao das familias interessadas em participar do Servico de Acoihimento em Familia Acoihedora sera gratuita a permanencia, feita por meio do preenchimento de Ficha de Cadastro do Servico, conforme orientacoes do Edital Publico, apresentando os documentos indicados a seguir:

- I - carteira de identidade - RU e Cadastro de Pessoas Fisicas - CPF;
- II - certidao de nascimento ou de casamento ou comprovante de Uniao Estavel;
- III - comprovante de residencia;
- IV - certidao negativa de antecedentes criminais;

□ PREFEITURA MUNICIPAL DE PINTADAS

Rua Sete de Setembro nº. 44 – CEP 44610 – 000 Centro Pintadas – Ba.

GABINETE DO PREFEITO

prefeitura de

Pintadas-Be,

EP

10 000 Centre

CNPJ 13.896.725/0001 -51 Tel: 75 3693-2301 - Fax: 75 3003-2106

E-mail: gmc.pintadas@gmail.com Site: www.pintadas.ba.gov.br

-

Pintadas

Trabalho e Desenvolvimento

V - ficha de Cadastro (Modelo Fornecido pelo Servico Familia Acoihedora), assinada por todos os membros maiores de idade da familia;

VI - atestados medicos comprovando saude fisica e mental;

VII- comprovante de atividade remunerada do pelo menos um membro da familia;

VIII- numero da agencia a conta em nome do responsavel para deposito do subsidio financeiro.

§ 1º Os documentos devem ser solicitados a todos os membros maiores de idade do nucleo familiar.

§ 2º A solicitacao de inscricao deve ser realizada junto a Equipe Tecnica do Servico do Acoihimento em Familia Acolhedora do municipio.

Art. 8º. Sao requisitos para participar do Servico de Acoihimento em Familia Acoihedora;

I - possuir idade igual ou superior a 21 (vinte e um) anos, sem restricoes quanto ao genero, estado civil e orientacao sexual;

II- diferenca de 16 anos entre o acolhido e o responsavel legal pelo acolhimento;

III - nao manifestar interesse na adocao da crianga e do adolescente participante do Servico de



PREFEITURA MUNICIPAL DE PINTADAS
GABINETE DO PREFEITO

Rua Sete de Setembro nº. 44 - CEP 44610 - 000 Centro Pintadas - Ba.
CNPJ 13.896.725/0001 - 51 Tel: 75 3693-2301 - Fax: 75 3693-2196
E-mail: amc.vintadascamall.com Site: www.p/ntadas.ba.aov.br



PINTADAS
GOIÁS - BRASIL

Acolhimento em Famílias Acolhedoras, apresentando a Declaração conforme modelo fornecido pelo Serviço do Acolhimento em Família Acolhedora;

III - não estar inscrito no Cadastro Nacional de Adoção, apresentando Declaração emitida pelo órgão competente;

IV - ter anuidade dos membros da família, maiores de idade;

V - residir no Município por, no mínimo, seis meses;

VI - ter disponibilidade de tempo a demonstrar interesse em oferecer proteção a afeto às crianças e aos adolescentes;

VII - obter parecer Psicossocial favorável da equipe interdisciplinar do Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora;

VIII - nenhum membro da família possuir dependência de substâncias psicoativas.

IX - não estar respondendo a processo judicial criminal;

X - possuir disponibilidade para participar do processo de habilitação com formação, bem como das atividades do serviço;

XI - ter habitação que garanta condições dignas de segurança, habitabilidade e salubridade.

□ **PREFEITURA MUNICIPAL DE PINTADAS**

GABINETE DO PREFEITO

Prefeitura de

Rua Sete de Setembro nº. 44 - CEP 44610 - 000 Centro Pintadas - Ba.

CNPJ 13.896.725/0001 - 51 Tel: 75 3693-2301 - fax: 75 3693-2196

E-mail: amc.vintadascamall.com Site: www.p/ntadas.ba.aov.br

Pintadas

Trabalho e Desenvolvimento

Art. 9º. A seleção entre as famílias inscritas será realizada por meio de estudo das condições emocionais, sociais e econômicas dos interessados, com a emissão de parecer psicossocial emitido pela equipe técnica do Serviço.

a

1º Durante o processo de avaliação serão observadas, no mínimo, as seguintes características dos postulantes inscrição:

I - disponibilidade afetiva e emocional de todos os membros da família, independente da idade;

II - padrão saudável das relações de apego e desapego;

III - relações familiares e comunitárias;

IV - rotina familiar;

V - não envolvimento de nenhum membro da família com dependência química;

VI - espaço e condições gerais da residência;

VII - motivação para a função;

VIII - aptidão para o cuidado com crianças e adolescentes;

IX - capacidade de lidar com separação;

X - flexibilidade;

XI - tolerância;

XII - pro-atividade.

3º Após a emissão de parecer psicossocial favorável, as famílias inscritas assinarão um Termo de Adesão ao Serviço.

a

a

2º Além da avaliação quanto à compatibilidade com a função de acolhimento, o estudo psicossocial realizado pela equipe técnica indicará, outrossim, o perfil de criança e/ou adolescente que cada família inicialmente está habilitada a acolher. É possibilitado, durante o



PREFEITURA MUNICIPAL DE PINTADAS
GABINETE DO PREFEITO

Rua Sete de Setembro nº. 44 - CEP 44610 - 000 Centro Pintadas - Ba.
 CNPJ 13.896.725/0001 - 51 Tel: 75 3693-2301 - Fax: 75 3693-2196
 E-mail: ymc.nintadas@amall.com Site: www.nintadas.ba.gov.br



processo, ouvir a opinião da família quanto a este aspecto, ainda que no momento da capacitação essa avaliação possa modificar-se.
 inclusão no Serviço, as famílias

§ 4º Em caso de interesse de desligamento do Serviço, as famílias acolhedoras deverão formalmente e por escrito solicitar a revogação do Termo de Adesão.
 e

§ 5º A condição de família acolhedora de caráter voluntário e, portanto, sem vínculo empregatício, profissional, funcional ou previdenciário com o órgão executor do Serviço. Além disso, contará com o aparato da Secretaria Municipal de Assistência Social, tendo como gestor de referência o Secretário Municipal de Assistência Social.

□ PREFEITURA MUNICIPAL DE PINTADAS
 GABINETE DO PREFEITO
 Prefeitura de
 Pintadas

9

Rua Sete de Setembro nº. 44 - CEP 44614 - 000 Centro Pintadas - CNPJ 12996.721/9901 - 11 Tel: 712093-2201
 - Fax: 713692-2196
ymc.nintadas@amall.com Site: www.nintadas.ba.gov.br
 E-mail:

Trabalho e Desenvolvimento

Art. 10. As famílias cadastradas receberão acompanhamento e preparação contínua, sendo orientadas sobre os objetivos do Serviço, sobre a diferenciação do acolhimento familiar e da família substituta - guarda, tutela, adoção - sobre a recepção, o atendimento, acompanhamento e o desligamento das crianças e adolescentes.

1ª A preparação das famílias deverá ter a presença obrigatória das mesmas e contará com temas relacionados a:

- I - operacionalização jurídico-administrativa do Serviço e particularidades deste;
- II - direitos da criança e do adolescente e a proteção integral;
- III - novas configurações familiares e realidade das famílias em situação de vulnerabilidade

social;

IV - etapas do desenvolvimento da criança e do adolescente (características, desafios, comportamentos típicos, fortalecimento da autonomia, desenvolvimento da sexualidade); brincadeiras e jogos adequados para cada faixa etária, exploração do ambiente, formas de lidar com conflitos, colocação de limites, entre outros;

V - comportamentos frequentemente observados entre crianças/adolescentes separados da família de origem, que sofreram abandono, violência, entre outros;

VI - práticas educativas, como ajudar a criança/adolescente a conhecer e a lidar com sentimentos, fortalecer a autoestima e contribuir para a construção da identidade;

VII - políticas públicas, direitos humanos e cidadania;

VIII - papel da família acolhedora, da equipe técnica do Serviço e da família de origem, fortalecendo a convivência familiar e comunitária;

IX — mediação de conflitos e práticas restaurativas

I - orientação direta

as

2ª A preparação das famílias será realizada mediante:
 famílias nas visitas domiciliares e entrevistas;



PREFEITURA MUNICIPAL DE PINTADAS
GABINETE DO PREFEITO

Rua Sete de Setembro nº. 44 – CEP 44610 – 000 Centro Pintadas – Ba.
CNPJ 13.896.725/0001 – 51 Tel: 75 3693-2301 – Fax: 75 3693-2196
E-mail: gmc.pintadas@gmail.com Site: www.pintadas.ba.gov.br



II - participação nos encontros de estudo a troca de experiência com todas as famílias;

III - participação em cursos e eventos de formação, incluindo as novas famílias acolhedoras antes da ocorrência de acolhimento.

Art. 11. A família poderá ser desligada do Serviço:

I - em caso de perda de quaisquer dos requisitos previstos no art. 8º ou de seu cumprimento das obrigações e responsabilidades de acompanhamento;

II - por solicitação escrita da própria família, com justificativa;

III - por solicitação da equipe técnica do Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora;

IV - por determinação judicial.

Capítulo IV

**DO ACOMPANHAMENTO, DAS RESPONSABILIDADES E DO DESLIGAMENTO
NO SERVIÇO DE ACOLHIMENTO EM FAMÍLIA ACOLHEDORA**

Art. 12. Compete à Equipe Técnica do Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora fazer o encaminhamento da criança ou adolescente para a inclusão no Serviço.

§ 1º Os profissionais do Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora - governamental ou entidade não governamental - efetuarão o contato com a família acolhedora cadastrada, observadas as características e necessidades da criança e do adolescente, respeitadas as indicações definidas na ocasião do cadastramento (idade, gênero, receptividade para grupo de irmãos, entre outras).

§ 2º A duração do acolhimento variará de acordo com a situação apresentada, podendo estender-se até 06 (seis) meses e, em casos excepcionais, poderá haver acolhimento mais prolongado, se criteriosamente avaliada a necessidade e determinado pelo Poder Judiciário, com a avaliação da Equipe Técnica.

§ 3º O encaminhamento da criança ou adolescente ocorrerá mediante "Termo de Guarda e Responsabilidade", concedido em procedimento judicial.

§ 4º A família acolhedora será orientada sobre o processo judicial da medida de proteção aplicada à criança ou adolescente que está acolhendo e possível previsão de tempo do acolhimento da criança ou adolescente que foi chamada a acolher.

Art. 13. As famílias acolhedoras têm a responsabilidade de:

I - exercer plenamente todos os direitos e responsabilidades legais reservados ao guardião, com proteger a criança e o adolescente sob seus cuidados, nos aspectos fundamentais para o seu crescimento sadio, dando-lhe afeto e respeitando as suas necessidades individuais;

II - seguir as orientações da Equipe Técnica do Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora, facilitando o acesso desta na dinâmica familiar;

III - fornecer aos profissionais da Equipe Técnica e às autoridades competentes as informações necessárias sobre a situação da criança e do adolescente acolhido;

VI - participar dos encontros sistemáticos de preparação das famílias acolhedoras;

V - ter disponibilidade no atendimento aos cuidados básicos (alimentação, educação, saúde, profissionalização, lazer, higiene, afetividade, entre outros);

VII -- assumir compromisso ético de guardar sigilo das informações repassadas sobre a criança e o adolescente;

VIII - contribuir na preparação da criança ou adolescente para o retorno à família de origem ou família extensa, ou colocação em família substituta, sempre com orientação técnica;

IX - nos casos de inadaptação, proceder à desistência formal da guarda, responsabilizando-se pelos cuidados do acolhido até novo encaminhamento, o que ocorrerá de maneira gradativa e com o devido acompanhamento.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PINTADAS
GABINETE DO PREFEITO

Rua Sete de Setembro nº. 44 – CEP 44610 – 000 Centro Pintadas – Ba.
CNPJ 13.896.725/0001 – 51 Tel: 75 3693-2301 – Fax: 75 3693-2196



Art. 14. A Equipe Técnica prestará acompanhamento sistemático a família acolhedora emitindo relatório da situação às autoridades competentes, quando necessário.

§ 1º O acompanhamento acontecerá por meio de:

I - visitas domiciliares, nas quais os profissionais da família conversam sobre a situação da criança e do adolescente, seu desenvolvimento e o cotidiano da família, dificuldades no processo e outras questões pertinentes;

II - atendimento interdisciplinar;

III - presença das famílias com a criança e o adolescente nos encontros de preparação e acompanhamento.

§ 2º O acompanhamento a família de origem e o processo de reintegração da criança e do adolescente será realizado pelos profissionais da Equipe Técnica do Serviço de Acolhimento,

§ 3º Nos casos em que a família de origem já estiver sendo acompanhada por algum outro serviço socioassistencial, o trabalho será realizado em parceria.

§ 4º A participação da família acolhedora nas visitas será decidida em conjunto com a família de origem.

§ 5º Sempre que for solicitada pelo Poder Judiciário ou pelo Ministério Público a Equipe Técnica elaborará parecer técnico com apontamento das vantagens e desvantagens da medida.

§ 6º Mesmo quando não for solicitada expressamente, a Equipe Técnica poderá, sempre que entender necessário, visando a agilidade do processo e a proteção da criança e do adolescente, prestar informações às autoridades competentes sobre a situação da criança ou do adolescente acolhido e as possibilidades ou não de reintegração à família de origem ou família extensa.

Art. 15. O término do acolhimento familiar da criança ou do adolescente se dará por determinação judicial, com a intervenção da Equipe Técnica do Serviço.

Art. 16. A Equipe Técnica deverá intervir no sentido de preparar gradativamente e de forma adequada a família acolhedora e a criança/adolescente acolhido, para os encaminhamentos pertinentes situação: retorno família de origem ou família extensa ou colocação em família substituta, através das seguintes medidas:

I - a Equipe Técnica, em conjunto com os demais atores da rede envolvidos durante o processo de acolhimento da criança e/ou adolescente, após a reintegração família de origem ou substituta, definirá, por meio de Acordo Formal, quem será o serviço que pelo prazo mínimo de seis meses realizará o acompanhamento do caso, visando a não reincidência do fato que provocou o afastamento da criança ou do adolescente;

a

II - acompanhamento psicossocial família acolhedora após o desligamento da criança ou do adolescente, sempre que avaliada esta necessidade;

Parágrafo Único. O acompanhamento do processo de adaptação da criança e do adolescente na família substituta será realizado pelos profissionais do Poder Judiciário em parceria com a Equipe Técnica do Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora ou aquela designada no Termo Formal de Acompanhamento.

Capítulo V

DA COMPOSIÇÃO, FINALIDADE E RECURSOS DA EQUIPE TÉCNICA E ORUPO DE TRABALHO

Art. 17. O Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora será realizado por Equipe Técnica formada por servidores do município, respeitada a relação entre número famílias e o número de acolhidos para cada profissional, conforme Resolução Conjunta do CONANDA e CNAS Nº 0.1, de 18 de junho de 2009.

a



PREFEITURA MUNICIPAL DE PINTADAS
GABINETE DO PREFEITO

Rua Sete de Setembro nº. 44 – CEP 44610 – 000 Centro Pintadas – Ba.
CNPJ 13.896.725/0001 – 51 Tel: 75 3693-2301 – Fax: 75 3693-2196
E-mail: gmc.pintadas@gmail.com Site: www.pintadas.ba.gov.br



1— Composta por 01 coordenador por Serviço de Acolhimento Familiar, com formação mínima de nível superior a experiência a amplo conhecimento da rede de proteção infância e juventude, de políticas públicas a da rede de serviços do Município a Região.

II — Composta por 01 Psicólogo a 01 Assistente Social, com experiência no atendimento a crianças, adolescentes a famílias, com carga horária mínima indicada de 30 horas semanais. Parágrafo único. No decorrer da oferta do serviço, a equipe técnica poderá ser ampliada com os demais profissionais que compõe os trabalhadores do Sistema único de Assistência Social (SUAS), de acordo com as necessidades do Serviço.

São atribuições da Coordenação e Equipe Técnica do Serviço de Acolhimento em Art. 18.

Família Acolhedora:

I - acolhida, avaliação, seleção, capacitação, acompanhamento, desligamento a supervisão das famílias acolhedoras;

II - articulação com a rede de serviços a Sistema de (garantia de Direitos;

III - preparação a acompanhamento psicossocial das famílias de origem, com vistas a reintegração familiar;

IV - acompanhamento das crianças a adolescentes na rede de serviços;

V - organização das informações de cada caso atendido, na forma de prontuário individual;

VI - encaminhamento a discussão/planejamento conjunto com outros setores da rede de serviços e do Sistema de Garantia de Direitos das intervenções necessárias ao acompanhamento das crianças a adolescentes a suas famílias;

VII - elaboração, encaminhamento a discussão com a autoridade judiciária a Ministério Público de relatórios, com frequência bimestral ou semestral, sobre a situação de cada criança e adolescente apontando: a) possibilidades de reintegração familiar; b) necessidade de aplicação de novas medidas; ou, c) Quando esgotados os recursos de manutenção na família de origem, a necessidade de encaminhamento para adoção;

VIII — acompanhar a prestação de contas anual do serviço junto ao Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS);

IX — esclarecer as famílias acolhedoras, a utilização correta do subsídio financeiro recebido pelo Fundo Municipal de Assistência Social (FMAS);

X — deve ser ouvida a criança a/ou adolescente, pela equipe técnica, no decorrer do acompanhamento, sempre considerando o melhor interesse da criança.

Parágrafo único. Caso não haja nenhuma criança acolhida ou em acompanhamento pela equipe técnica, os profissionais prestarão auxílio a equipe técnica vinculada a gestão da assistência social, nos casos de média complexidade, sem prejuízo do acompanhamento das famílias cadastradas no serviço.

Art. 19. O Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora, através de seus parceiros, contará com um Grupo de Trabalho, minimamente constituído por:

I - 02 (dois) representantes da política de Assistência Social, sendo um (um) representante do Centro de Referência da Assistência Social (CRAS);

II - 01 (um) representante da Secretaria de Educação;

III - 01 (um) representante da Secretaria de Saúde;

IV - A equipe técnica do Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora;

V - 01 (um) representante do Conselho Tutelar;

VI - 02 (dois) representantes do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA), observando a paridade;

VII — 02 (dois) representantes do Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS), observando a paridade;

Parágrafo único. O grupo de trabalho a gerenciado pela Equipe Técnica do Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora.

Art. 20. O Grupo de Trabalho terá por finalidade:



PREFEITURA MUNICIPAL DE PINTADAS
GABINETE DO PREFEITO

Rua Sete de Setembro nº. 44 – CEP 44610 – 000 Centro Pintadas – Ba.
CNPJ 13.896.725/0001 – 51 Tel: 75 3693-2301 – Fax: 75 3693-2196



- I - investir esforços na efetivação do Serviço na sua estruturação humana e financeira;
 - II - organizar encontros, cursos e eventos de formação;
 - III - auxiliar no recrutamento de famílias acolhedoras;
 - IV - recomendar, motivadamente, quando entender necessário, a ampliação, redução ou mesmo a extinção do Serviço, apresentando suas razões ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e ao Conselho Municipal da Assistência Social.
- § 1º O Grupo de Trabalho se reunirá em data e horário a ser definido pelos integrantes, periodicamente, constando em registro os assuntos discutidos e as deliberações sobre o Serviço.
- § 2º O Grupo de Trabalho será nomeado por ato administrativo, no prazo de 30 (trinta) dias após a implantação do serviço, fazendo-se a composição do mesmo de acordo com a indicação dos órgãos e instituições representados, conforme artigo 19.

Art. 21. O efetivo funcionamento do Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora dependerá dos seguintes recursos, disponibilizados pela Secretaria Municipal de Assistência Social:

- I - capacitação para Equipe Técnica e preparação e formação das famílias acolhedoras;
- II - Espaço físico para as reuniões e para atendimentos pelos técnicos do serviço de acordo com equipamentos necessários;
- III - Veículo e motorista disponibilizado pela Secretaria Municipal de Assistência Social.

Capítulo VI

DO SUBSÍDIO ÀS FAMÍLIAS

Art. 22. O Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora será subsidiado pelo Fundo Municipal de Assistência Social do Município de Pintadas, que fornecerá os recursos humanos e materiais necessários à sua execução.

Art. 23. As famílias cadastradas no Serviço, independentemente de sua condição econômica,

receberão os subsídios financeiros exclusivamente para o cuidado do acolhido, nos termos a seguir:

I - no acolhimento superior a 01 (um) mês, a Família acolhedora receberá subsídio financeiro não inferior ao valor de 1 (um) salário mínimo nacional mensal por criança ou adolescente, para despesas com alimentação, vestuário, higiene pessoal, material de consumo;

II - nos acolhimentos inferiores a 01 (um) mês, e no caso de desligamento, a família acolhedora receberá subsídio equivalente aos dias de permanência da criança ou do adolescente, tomando por base o valor referente ao inciso I;

III — o subsídio financeiro será repassado às famílias acolhedoras através de depósito bancário em conta corrente ou poupança em nome do responsável pelo Acolhimento;

IV - a equipe técnica deve avaliar, caso o acolhido receba Benefício de Prestação Continuada (BPC) ou qualquer Benefício Previdenciário, se o valor deve ser entregue à família acolhedora para o ressarcimento de gastos com a criança/adolescente ou depositado em conta judicial,



PREFEITURA MUNICIPAL DE PINTADAS
GABINETE DO PREFEITO

Rua Sete de Setembro nº. 44 – CEP 44610 – 000 Centro Pintadas – Ba.
CNPJ 13.896.725/0001 – 51.Tel: 75 3693-2301 – Fax: 75 3693-2196.
E-mail: prefeitura@pintadas.ba.gov.br / secretaria@pintadas.ba.gov.br



V- os acolhidos que receberam Pensão Alimentícia por determinação judicial terão os valores depositados em conta Judicial;

VI- o valor do subsidio sera repassado atraves de depdsito em conta bancaria, em name do

membro designado no Termo de Guarda;

VII- a familia acolhedora podera optar pelo recebimento ou nao do subsidio financeiro;

VIII- a familia acolhedora que tenha recebido o subsidio a nao tenha cumprido as prescricoes desta Lei fica obrigada ao ressarcimento da importancia recebida durante o periodo da irregularidade.

§ 1º As criancas a adolescentes servo encaminhados Para os services a recursos soeiais da comunidade, tail come centres de educacao infantil, escola, unidades de saude, atividades recreativas de later a culturais, entidades sociais de apoio.

2º A familia acolhedora recebera tambem, seja qual for o numero de criancas acolhidas, desconto no pagamento do Imposto Predial a Territorial Urbane - IPTU, na proporcao de 1/ (um doze avos) do imposto devido por mes de efetivo acoihimento, ate a total isencao, tomando por base o periodo de guarda apurado no exercicio imediatamente anterior, referente ao imovel de residencia onde a crianca esta acolhida, assim atestado por declaracao emitida pela Equipe Tecnica do Servico de Acoihimento em Familia Acolhedora.

§ 3º Quando a crianca a/ou adolescente necessitar de cuidados especiais, a equipe tecnica devera avaliar a necessidade de acrescimo ao valor referenciado no art. 23, Inciso I, considerando os seguintes casos:

I - usuarios de substancias psicoativas;

II — portadores de HIV;

III - portadores neoplasia (Cancer);

IV — pessoas com deficiencia que nao tenham condicoes de desenvolver as atividades da vida diaria (AVDs) com autonomia;

V — portadores de doencas degenerativas a psiquiatricas;

VI - excepcionalmente, a criterio da equipe interdisciplinar do Servico, quando ocorrerem outras situacoes consideradas especiais.

§ 4º As situacoes elencadas no paragrafo anterior, serao comprovadas atraves de atestado expedido por medico especialista.

§ 5º D gestor da poiitica de Assistencia Social sera o responsavel pela administracao dos recursos financeiros do servico a pelo repasse dos subsidios fornecidos as familias acolhedoras, incumbindo-lhe a prestacao de contas ao Conselho Municipal de Assistencia Social.

Art. 24.0 processo de Monitoramento e AvaliacQo do Servico de Acoihimento em Familia Acolhedora sera realizado pela Equipe Tecnica do Servico de Acoihimento em Familia Acolhedora a pela Secretaria Municipal de Assistencia Social, conforme preconiza o Sistema Unico de Assistencia Social (SUAS) a os espacos de controle social — CMDCA e CMAS.

Art. 25. A avaliacao das familias acolhedoras acontecera nos encontros de preparacao e acompanhamento individual.

Art. 26. As situacoes envolvendo criancas a adolescentes acolhidos serao avaliadas pela Equipe Tecnica responsavel pelo Servico, em parceria com o Conselho Tutelar, Poder Judiciario e Ministerio Publico.

Art. 27. A familia acoihedora, em nenhuma hipotese, podera se ausentar do Municipio com a crianca ou adolescente acolhido sem a previa comunicacao a Equipe Tecnica do Servico.

Art. 28. Fica autorizado o Poder Executivo Municipal editar normal a procedimentos de execucao e fiscaliza4i o do Servico de Acolhimento em Familia Acolhedora, atraves de Decreto Regulamentar, que devera seguir a legislacao nacional, been como as politicas, pianos e orientacoes dos dernais orgaos oficiais.

Art. 29. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a celebrar parcerias com organizac es da sociedade civil, contratos com enrnpresas de direito privado e termos de cooperacao com



PREFEITURA MUNICIPAL DE PINTADAS
GABINETE DO PREFEITO

Rua Sete de Setembro nº. 44 – CEP 44610 – 000 Centro Pintadas – Ba.
CNPJ 13.896.725/0001 – 51 Tel: 75 3693-2301 – Fax: 75 3693-2196
E-mail: contabilidade@pintadas.ba.gov.br / treasury@pintadas.ba.gov.br



outros órgãos públicos, na forma da legislação vigente, a fim de possibilitar a plena execução das atividades do Serviço Municipal de Acolhimento Familiar.

Art. 30. Aplicar-se estas regras, no que couber, as entidades conveniadas com o Município para execução do Serviço de Acolhimento Familiar.

Art. 31. As despesas decorrentes desta Lei correrão por conta do Fundo Municipal de Assistência Social, em conformidade com a dotação orçamentária relativa Proteção Social Especial, referentes aos recursos Federais, Estaduais e Próprios.

Art. 32. O Poder Executivo regulamentará a questão da jornada de trabalho da equipe técnica, o período de descanso, condições gerais do serviço e, sobretudo o funcionamento do sobreaviso, porque o serviço deverá atender as demandas 24h por dia, em lei específica.

Art. 33. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Pintadas - Bahia, 04 de agosto de 2025.

VALCYR AMEIDA BIOS
PREFEITO MUNICIPAL

